

Mulheres negras na luta por moradia do MTST: a ocupação Maria da Penha

Taynara Freitas Batista de Souza*

Resumo:

Este artigo analisa a trajetória de vida das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha do MTST. A partir de entrevistas realizadas durante pesquisa de campo, foram identificadas as motivações do engajamento na luta por moradia, ao mesmo tempo em que examinamos como a combinação das determinações de gênero, raça e classe social potencializa a sua organização política no interior do movimento que, desempenha uma dupla tarefa: dar respostas aos problemas ligados ao trabalho e à falta de moradia; e ressignificar positivamente suas identidades como mulheres e negras.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Luta por moradia; MTST; Ocupação Maria da Penha.

Black women in the struggle for housing in the MTST: the Maria da Penha occupation

Abstract:

This article analyzes the life trajectory of homeless black women in the Maria da Penha occupation of the MTST. From interviews conducted during field research, the motivations for engagement in the struggle for housing were identified while we examined how the combination of gender, race and social class determinations enhances its political organization within the movement that performs a double task: to provide answers to problems related to work and homelessness and positively re-signify their identities as women and blacks.

Keywords: Black Women; Housing struggle; MTST; Maria da Penha occupation.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL) da Universidade Estadual de Londrina. End. eletrônico: taynara40@msn.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9536-8400>.

Introdução: a luta por moradia do MTST e a ocupação Maria da Penha¹

O MTST é um movimento popular que tem como objetivo a luta por moradia. A partir dos anos 2000, intensificou e ampliou sua organização, destacando-se como um dos principais movimentos populares do Brasil, realizando ações territoriais contra a falta de moradia. Uma das estratégias de luta utilizada pelo movimento são as ocupações de terrenos urbanos que não cumprem a função social, de acordo com o Art. 5, no inciso XXII da Constituição Federal: “a propriedade atenderá a sua função social” (CF/88, 2002, p. 16). Assim, como disposto na Constituição, a política urbana deve garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social. Além disso, grande parte dos terrenos urbanos sem função social serve à especulação imobiliária:

[...] o especulador, o grande proprietário. Ele herdou terras, muitas vezes terras que eram públicas e foram griladas por sua família. Ou ele próprio foi quem grilou. Ele entra em acerto com os governos, muitas vezes nem imposto paga. Deixa suas terras vazias, esperando a ocasião para vendê-las por preços exorbitantes. Em geral, ele nem sabe o que é trabalho e muitas vezes nunca nem foi nos terrenos que tem (Boulos, 2014, p. 44).

Maria da Penha é o nome da ocupação que surgiu como resposta a esses problemas. Localizado no Jardim São João, região periférica de Guarulhos, o terreno particular com mais de 200 mil metros quadrados está abandonado há mais de 70 anos. O valor do IPTU atrasado, segundo lideranças do movimento, é maior do que o próprio terreno: mais de 7 milhões de reais. Esse espaço, que poderia ser destinado à construção de moradia popular, foi ocupado no dia 23 de setembro de 2021, por mais de 1000 famílias sem-teto.

A escolha do terreno a ser ocupado não ocorre pela extensão, como pode parecer inicialmente. Antes da ocupação, o MTST realiza um estudo dos terrenos que estão dentro das Zonas de Interesses Social e poderiam ser destinados à moradia. O levantamento é realizado para verificar as falhas, por parte da prefeitura ou do governo estadual, no cumprimento da lei. O movimento justifica que, se o terreno pode ser destinado à moradia, não há o porquê ficar abandonado, cheio de mato, sem utilização, servindo como depósito de lixo. A partir dessa avaliação, identificou-se que o terreno da ocupação Maria da Penha, antes, não cumpria sua função social e estava servindo à especulação imobiliária. O trabalho de base, no bairro, foi feito para que os sem-teto ficassem sabendo da ocupação. A coordenação foi às associações de bairro e comunitárias para explicar o sentido da estratégia de

¹ Este artigo é parte da tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ver Souza (2023) – e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ocupar um terreno e desconstruir a ideia de invasão, muito difundida no senso comum contra sem-teto. O trabalho de “boca a boca” acontece antes, durante e depois do levantamento dos barracos, entregando panfletos e abrindo a possibilidade de mais sem-teto aderir à luta do MTST e à ocupação.

O primeiro dia da ocupação, como a coordenadora Daniele relatou, é a “esperança nascendo”. De sexta para sábado, choveu muito e o terreno, além de ser irregular, ficou muito úmido e cheio de lama. Então, quando os sem-teto chegaram para levantar os barracos, era só barranco, morro sem forma de ocupação. O processo de levantar os barracos e orientar os sem-teto sobre o sentido da luta ocorre ao mesmo tempo, durante meses. A reação do poder público em relação à ocupação Maria da penha, de acordo com os relatos na pesquisa de campo, não gerou tantos conflitos. No primeiro dia, uma viatura da polícia foi ao terreno, entretanto, o movimento já deixara preparada a documentação jurídica, apontando a legitimidade da ocupação, e não houve enfrentamento. Em novembro de 2021, os sem-teto da ocupação realizaram uma manifestação na região central de Guarulhos, reivindicando um plano habitacional popular que atendesse às famílias com renda de até dois salários-mínimos. O ato denunciou o déficit habitacional da região, que se agravou com o contexto da pandemia².

Uma característica forte da ocupação Maria da Penha é o trabalho coletivo. A todo momento, os sem-teto, tanto os coordenadores quanto os acampados, realizam juntos as atividades diárias. Mesmo que grande parte fique fora durante o dia para trabalhar, os que ficam estão sempre na função de manter as tarefas organizadas. Uma frase que foi repetida mais de uma vez durante a pesquisa de campo é: “sem participação, não há luta”. Nessa ocupação, isso se representa na construção da horta comunitária, que se tornou símbolo da ocupação pela extensão e por abastecer 14 cozinhas solidárias do MTST, uma ação importante do movimento no combate à fome das famílias sem-teto. A cozinha solidária da ocupação serve café da manhã, almoço e janta, o que ajuda os sem-teto que estão desempregados. Atualmente, a ocupação possui 158 famílias. Outra ação que ganhou visibilidade internacionalmente foi a construção de cisternas na ocupação. A ideia de captar água da chuva faz parte do projeto “Quebrada Agroecológica”, que disponibiliza água para as hortas e para os barracos dos sem-teto. De acordo com o setor de arquitetura do MTST, isso gerou uma economia para as famílias devido à escassez hídrica da região, além de contribuir com o meio ambiente com soluções populares e de baixo custo para a captação de água. Essa iniciativa recebeu o prêmio da COP27³ no valor de R\$ 60 mil reais, que levará cisternas para as Cozinhas Solidárias

² Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgiu um novo coronavírus (SARS-CoV-2) e vários casos de pneumonia relacionados ao novo vírus. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial da COVID-19, uma doença ainda desconhecida e sem cura, devido ao aumento do número de mortes pelo mundo.

³ O prêmio ImaGen Ventures, da Generation UnLimited, vinculada à Unicef.

do MTST. Para conseguir manter a organização da ocupação Maria da Penha, as tarefas são divididas. Para isso, há três setores de atuação: setor de autodefesa, responsável pela segurança; setor de organização, que controla toda a ocupação, e setor de coordenação, com a função de dar assistência a todos os acampados e coordenadores.

Em cada setor, existem os coordenadores responsáveis. Além disso, os barracos dos sem-teto são divididos em grupos: G1, G2, G3, G4, G5, com, no máximo, 60 barracos por grupo, para que cada coordenador consiga realizar suas atividades e distribuir as tarefas. Por exemplo, os coordenadores são responsáveis por organizar os mutirões, as assembleias (nas noites de quinta-feira e aos domingos, à tarde) e os atos, além de fazer as escalas entre os acampados das trilhas (ronda de segurança noturna) e das cozinhas. Outras funções são: verificar os barracos para identificar quais devem ficar ou ser derrubados; organizar a limpeza da ocupação e arrecadar mantimentos para as cozinhas. É importante destacar a estrutura organizacional do MTST, conforme resumiu Carvalho-Silva (2018):

[...] i) os coletivos políticos - instâncias deliberativas de decisão representadas pelas lideranças políticas do movimento nos quais estão alocados a coordenação nacional e as coordenações estaduais; ii) os coletivos organizativos/setoriais - que têm a função de tomar decisões e executar tarefas em relação às diversas demandas dos coletivos políticos na direção da construção do movimento e iii) os coletivos territoriais - nos quais estão alocados as coordenações regionais e a coordenação de acampamento, sendo responsáveis pelas bases do movimento, formação de militantes e funcionamento dos acampamentos de sem teto (Carvalho-Silva, 2018, p. 22).

Algumas regras são inquestionáveis, como não usar drogas e não consumir bebida alcoólica dentro da ocupação; não arranjar brigas com os acampados; não roubar, não sair nem entrar após as 22h, com exceção dos sem-teto que trabalham à noite. Essas regras são aprovadas em assembleia para a criação do regimento interno da ocupação e a exigência de respeitá-las é reforçada em todas as assembleias. A permanência na luta tem como base a esperança de conseguir uma moradia. Por isso, o MTST realiza o cadastro de todos os sem-teto organizados na ocupação para que a Prefeitura de Guarulhos priorize os que estão na luta. Afinal, a moradia é conquistada por meio de políticas públicas do governo; quem já possui, não consegue novamente. Por isso é importante manter a lista atualizada, que se torna uma forma de controle do engajamento dos sem-teto na ocupação. Além disso, existe o controle pela pontuação dos sem-teto, uma forma de incentivar a participação nas tarefas: assembleias, reuniões, atos, atividades internas. Quanto mais o sem-teto participar de assembleias e atividades, mais pontos ele tem. Ainda sobre a organização da ocupação, o MTST realiza a formação política com os coordenadores, inclusive apoio psicológico quando necessário, para ajudá-los no

processo. Ademais, realiza formação política com todos os sem-teto para esclarecer as dúvidas em relação à ocupação e a temas pontuais, como a questão do racismo e do machismo na sociedade.

De acordo com os relatos, são feitas oficinas cujas atividades visam à desconstrução dos estereótipos de gêneros e raça, destacando, assim, a importância da participação política das mulheres negras no movimento. Grande parte da ocupação é composta por mulheres negras, muitas delas com histórico de violência doméstica, mães solo e desempregadas. São acampadas e ocupam a maior parte dos cargos de liderança. São responsáveis por mostrar a importância do trabalho coletivo, orientar para o caráter temporário da ocupação, não liberando a construção de banheiros e cozinhas nos barracos, ficando esses espaços de uso coletivo, além dos espaços de lazer. O incentivo a doações também se mostrou presente, desde arrecadação para a compra do gás até um balde de água para fazer a alimentação. Portanto, a coletividade ocorre na prática e no dia a dia pelo trabalho das mulheres negras sem-teto da ocupação Maria da Penha.

Quem são as mulheres negras sem-teto do MTST e por que lutam?

A investigação proposta primou pela articulação da teoria social marxiana e marxista, articulada à produção do feminismo negro sobre a perspectiva de classe, raça e gênero, para os estudos das mulheres negras sem-teto. A ampliação do entendimento das categorias raça e gênero tem o objetivo de analisar a construção simbólica que articula essas duas determinações e seus efeitos na luta política, ao estabelecer uma subjetividade de resistência, por meio da cultura, religião ou na política – no nosso estudo, nos movimentos populares como meio de resistência e existência.

Recorremos também ao feminismo negro que, na década de 1970, preocupou-se em articular as questões de classe, raça e gênero. Ao estudar a sociedade norte-americana, Collins (2019) e Davis (2016) constroem análises que nos ajudam a pensar a realidade brasileira. Por exemplo, a racialização das relações sociais, com base na supremacia branca em detrimento dos grupos não-brancos, acarretou a exploração do trabalho escravo da população de cor, tratada como meio de produção (uma mercadoria em si), tendo negada a sua identidade/existência. Mesmo com o fim da escravidão, a lógica da dominação racial permaneceu de forma estrutural na sociedade.

A principal contribuição dessas feministas negras americanas é evidenciar a contradição com o modelo de sociedade racista, sexista e homofóbica atrelada à intensa exploração da classe trabalhadora com a ideologia do “sonho americano” (*american dream*). Cada uma à sua maneira identificou elementos na história americana que resultaram na segregação racial, a separação entre brancos e negros por meios legais e o encarceramento em massa de negros e negras.

Nesta perspectiva, as contribuições de Lélia Gonzalez (2020) e Luiza Bairros (1995) também identificam a contradição do legado da escravidão, que estruturou a sociedade brasileira em pilares patriarcais e racistas, com a ideologia de que vivemos em uma democracia racial e seríamos um país harmônico racialmente. No entanto, é importante destacar que a luta das mulheres negras é anterior à produção do feminismo como conhecemos (Werneck, 2010).

A luta das mulheres negras ajudou a repensar essa divisão, pautando raça e gênero como elementos importantes na superação das desigualdades, pois somente uma luta unificada traria resultados significativos. Entendemos que as diferenças de classe, raça e gênero se interseccionam dialeticamente na produção das desigualdades sociais, pois a desigualdade racial e de gênero não é determinada exclusivamente pela condição de classe ou de identidade. Dessa forma, embora a luta por redistribuição não esteja de acordo com a perspectiva marxista adotada nesta tese, entendemos que o MTST, em certo ponto, trava uma luta por justiça que exige tanto redistribuição (bens materiais) quanto reconhecimento (diferença social), conforme Fraser (2006). Em vez de negar os aspectos da identidade nas organizações políticas, é necessário desenvolver uma análise crítica dessa relação.

Isso significa, em parte, pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem (pois há muitas concepções concorrentes de ambos!). Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente. Exige também, portanto, esclarecer os dilemas políticos que surgem quando tentamos combater as duas injustiças ao mesmo tempo (Fraser, 2006, p. 231).

Por isso, é necessária a reflexão sobre a totalidade das relações sociais em relação às condições materiais dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-teto, que resultam na forma como o capitalismo aqui se desenvolveu historicamente. Além disso, atualmente, as mulheres negras sem-teto se deparam com diversas formas de opressão quando se organizam no MTST.

Se, por um lado, existe, por parte da academia, um afastamento da centralidade da luta de classes em suas análises, por outro, também há problemas quando as análises centralizam a luta de classes, realizando uma abordagem economicista, sem fazer a articulação entre as estruturas (econômico, político e ideológico) e, muito menos, com as determinações de raça e gênero.

Embora não haja um censo oficial sobre o quesito raça/cor, é visível a predominância de mulheres negras no MTST, como constata a Coordenadora Nacional do MTST:

A gente já fez um censo que 70% são mulheres (nas ocupações do MTST) e a gente sabe quem são essas mulheres? Mulheres da periferia, e a gente sabe que infelizmente a periferia tem cor, raça. Então, sem sombra de dúvidas são mulheres negras (Denise, 35, 2023)⁴.

Esta observação vai à contramão de outros espaços políticos que, historicamente, se constituíram como ambientes predominantemente ocupados por homens brancos de classe média⁵. Embora seja possível observar uma maior presença de mulheres compondo os movimentos populares urbanos, nem sempre elas estão à frente na liderança dessas organizações, diferentemente da ocupação Maria da Penha, em que as mulheres negras são maioria nas posições de liderança. De acordo com a coordenação nacional do MTST, a organização das mulheres negras sem-teto do movimento:

[...] pretende apontar não para o ‘empoderamento’, que tende a ser uma descoberta individual para aumentar a autoestima, mas para a libertação, que é um descobrimento coletivo, a percepção de si no outro e na outra, com a compreensão de que mudanças só se perpetuam no tempo se forem estruturais, a partir dos nossos interesses enquanto classe, e tendo clareza de quem são realmente nossos inimigos (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2017, p. 10).

Elas encontram no movimento outros significados/explicações para suas experiências de vida. Por isso, a luta por moradia no MTST acaba sendo a única forma de conseguir uma vida mais digna: “Nós, mulheres sem-teto, encontramos em nossas ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político” (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST, 2017, p. 11).

O pressuposto que nos guia nesta análise do engajamento das mulheres negras sem-teto do MTST da ocupação Maria da Penha está relacionado com a luta das mulheres negras do passado. Conforme a reflexão de Werneck (2010), o movimento das mulheres negras contra o sexismo e o racismo não é de hoje: “nossos passos vêm de longe”. Isso quer dizer que o protagonismo das mulheres negras sem-teto do MTST é histórico.

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e

⁴ Na transcrição das entrevistas respeitou-se as falas das entrevistadas, não seguindo a norma padrão da Língua Portuguesa, preservando os vícios de linguagem e variações linguísticas.

⁵ De acordo com Saffioti (1997), o macho, rico e branco representa a condição de classe, gênero e etnia no sistema de dominação/exploração do capitalismo-patriarcado-racismo.

globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida e das necessidades de transformação social profunda, ou ainda da nossa não adesão às demandas burguesas da manutenção do status quo econômico e político que nos aniquila. Reconhecemos os perigos desta trajetória e o que pode representar de cooptação, de adesão aos modelos eurocêntricos que nos desqualificam, de abdicação ou retardamento da nossa afirmação a partir do princípio da autonomia (Werneck, 2010, p. 16).

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, entrevistamos 08 mulheres negras, inseridas nas coordenações ou na base da ocupação Maria da Penha do MTST, cujos perfis demonstram o quanto são heterogêneas em relação à idade, raça/cor, escolaridade, classe, cultura, origem, religião, orientação sexual, ocupação etc., conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas da ocupação Maria da Penha do MTST

Nome	Neiva	Vanda	Daniele	Mirela	Jenifer	Tatiana	Elke	Denise
Origem	São Paulo/SP	Camacan/BA	Guarulhos/SP	Guarulhos/SP	Guarulhos/SP	Osasco/SP	Jequié/BA	São Paulo/SP
Idade	58	61	35	28	31	27	46	35
Estado civil	Casada	Divorciada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Filhos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Identidade de gênero	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Cor/raça autodeclarada	Negra	Negra	Negra	Parda	Negra	Parda	Negra	Negra
Nível de escolaridade	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Fundamental incompleto	Superior completo
Profissão/ ocupação	Diarista	Desempregada	Desempregada	Auxiliar de limpeza	Ajudante geral	Desempregada	Doméstica	Presidente do Psol/SP
Religião	Umbandista	Evangélica	Espirita	Nenhuma	Católica	Nenhuma	Evangélica	Nenhuma
Função na ocupação	Coord. de grupo	Base	Coord. de ocupação	Base	Base	Coord. de organização	Coord. de grupo	Coord. Nacional do MTST

Elaborado pela autora (Souza 2023).

Muitas delas vivenciaram ciclos de violências, em casa e/ou no trabalho (violência doméstica, sexual, trabalho análogo à escravidão). Além disso, a falta de direitos básicos, como moradia, emprego, creche, acesso a serviços de saúde,

conjugados com salários reduzidos e falta de representatividade nos cargos públicos, piora ainda mais a situação. Essas mulheres são diversas em sentimentos, personalidades, fenótipos, mesmo assim, quase todas são vítimas dessa violência fruto de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista⁶. A solução que encontraram para enfrentar essa realidade foi a organização política.

Neiva⁷, 58 anos, coordenadora de grupo, nossa primeira entrevistada, mostrou-se muito aberta para dar a entrevista. Talvez por isso foi a mais longa. Seu entusiasmo se explica pela forma como encarou as batalhas da vida: como uma guerreira, não iniciou sua luta no MTST, mas desde que se viu sozinha, após dez anos sofrendo violência doméstica. Por isso, Neiva se coloca na luta por moradia como mais uma batalha de sua vida. Ela entrou para o MTST, na ocupação Anita Garibaldi⁸. Relatou que sempre foi de esquerda e até brinca dizendo que, na sua família, é a única que vota na esquerda. Disse, orgulhosa, que sempre votou no Lula. A forma como entrou no MTST foi simples: ficou sabendo que haveria a ocupação, perguntou o que precisava levar e, no outro dia, já estava como “líder” da ocupação, que hoje é chamado de coordenador de grupo. Após conflitos internos no Anita Garibaldi, Neiva se afastou do MTST, mas sempre defendeu a importância do movimento. Só foi fazer parte da ocupação Maria da Penha quando soube que era organizada pelo MTST e hoje, como ela mesma diz, “está livre, linda e negra”⁹.

Vanda, 61 anos, acampada, aceitou realizar a entrevista um pouco desconfiada, mas, de início, já demonstrou uma habilidade para se comunicar. Sua trajetória de vida evidenciou que as oportunidades nem sempre surgem no momento desejado. Como mulher negra baiana, sofreu inúmeras violências desde a infância, com um pai agressivo; na vida adulta, com o esposo e pelas instituições prisionais, ao visitar os filhos na cadeia, durante muitos anos. Hoje, a sem-teto se mostra resiliente diante das dificuldades e se diz ousada por participar de sua primeira ocupação, na luta por moradia junto com o MTST.

⁶ Uma das bases teóricas de nossa tese é o entendimento de que a sociedade é estruturada por instâncias que determinam as relações sociais. Segundo essa lógica, as estruturas econômica, política e ideológica condicionam lugares e posições que os sujeitos ocupam na trama social. Assim, uma sociedade patriarcal, capitalista e racista estabelece níveis de dominação e exploração a partir dos papéis de gênero, do racismo estrutural e da luta de classe.

⁷ Todos os nomes são fictícios.

⁸ Em 2001, a ocupação Anita Garibaldi, localizada em Guarulhos, São Paulo, foi uma das primeiras do MTST. Na época, foi considerada a maior ocupação urbana do país com aproximadamente 12 mil famílias.

⁹ A descrição das entrevistas segue o rigor das falas das entrevistadas, respeitando as interrupções no momento das entrevistas por conta da pausa para recuperar as lembranças ou das pausas no ato da fala por terceiros. Portanto, os parênteses e as reticências representam essas pausas.

Daniele, 35 anos, em sua trajetória de vida, preocupada com as questões sociais, sempre foi ativa em atividades sociais e voluntárias. Com experiências de luta pela terra, sua entrada no MTST teve como causa a conquista da moradia não para si própria, mas para ajudar aqueles com maior dificuldade. Para ajudar os idosos e as crianças, ela continuou na ocupação Maria da Penha e hoje, em decisão por assembleia, é coordenadora de organização dos grupos. Quando a principal liderança da ocupação (Tatiana) está ausente, ela assume a responsabilidade à frente do movimento.

Mirela, 28 anos, fugiu de casa aos 15 anos e conta que a experiência foi horrível; morava de favor na casa de amigas. Muito cedo teve de aprender que era preciso trabalhar para pagar aluguel, sempre vivendo as dificuldades por ser mulher e negra. Recém-chegada na ocupação, com apenas um mês, ela já executa a tarefa de cozinhar para os sem-teto e está com uma filha recém-nascida nos braços, como ela mesmo diz: “filha da ocupação”. Para ela, o MTST se preocupa muito com eles e oferece todo o suporte para a sua permanência na ocupação.

Jenifer, 31 anos, compõe a base do MTST e não teve uma infância ruim. Morava com os pais e a irmã, mas desde cedo descobriu a “ignorância” sobre a cor da pele porque sofreu racismo por seu cabelo afro. Mesmo no trabalho, o preconceito não a deixou esquecer de quem era, mulher negra e trabalhadora. As dificuldades se intensificaram com a criação dos filhos; mãe solo, ela luta por um lar para seus seis filhos. Por mais que o serviço público atenda as crianças na parte educacional, em relação à habitação, não encontrou alternativa que não fosse se engajar na luta por moradia. Como ela diz: “aqui é o começo pra cada um ter seu cantinho”.

Tatiana, 27 anos, coordenadora geral da ocupação Maria da Penha, chegou na ocupação porque enfrentava problemas financeiros e não conseguia pagar aluguel. Mas sua luta não se iniciou no MTST. Desde os 13 anos de idade precisou trabalhar para ajudar a sustentar a família. Mesmo rebelde, por não aceitar as regras impostas pela família, descobriu somente adulta o peso de ser mulher negra sem-teto. Após ser despejada por falta de pagamento dos aluguéis, encontrou, na luta pela moradia, a força e a base de se organizar coletivamente. Por isso, como ela mesma diz: sua vida é o MTST.

Elke, 46 anos, tem boas lembranças da sua infância. Mesmo com dificuldades, os pais faziam de tudo para ela e as irmãs não passarem fome; moravam em casa própria de pau a pique. No entanto, com 15 anos, começou a sofrer violência doméstica do esposo. Seu relato de mais de dez anos sofrendo violência extrema, simplesmente por ser mulher, é revoltante. Sua força de resistência, hoje, se concretiza na função de coordenadora e pela possibilidade de ser o que quiser. Como ela mesma diz: “ser mulher negra sem-teto, hoje, é ser livre”.

Denise, 35 anos, professora de matemática, relembra seu passado como uma fase, que a fez chegar aonde está. Passou por dificuldades semelhantes às das outras

mulheres negras sem-teto: racismo na escola, opressão de gênero na família, abandono pelos pais de seus filhos e exploração no trabalho. Serena e consciente dos problemas sociais, seu objetivo é ajudar outras e outros sem-teto a conseguir uma moradia, mas também se libertar das correntes que os prendem. Como presidente do PSOL no município de São Paulo, ser mulher negra sem-teto significa que a luta vale a pena e transforma a vida das pessoas.

Mulheres negras e sem-teto

A trajetória das mulheres negras no Brasil é marcada pela exploração da sua força de trabalho ancorada pelo critério de raça e gênero, o que as tornam triplamente discriminadas e exploradas. Em sua maioria, as mulheres negras sem-teto realizam serviços manuais de baixo prestígio social, principalmente os trabalhos de cuidados. Ademais, recebem menos, possuem baixa escolaridade, sofrem violência doméstica e moram nas periferias ou favelas das cidades. No relato a seguir, essa situação se expressa nas inúmeras dificuldades enfrentadas por Denise e se agrava devido ao abandono sofrido pelas mulheres negras nas suas relações afetivas.

O processo de indignação, de questionamento que isso estava errado e... porque que tive que começar a trabalhar com dez anos de faxineira pra ajudar, de diarista pra ajudar minha mãe no sustento da família, o porquê a gente tem dificuldade a acessar o ensino superior de qualidade. Eu vinha com essas angústias dentro de mim e... o porquê que é muito difícil. Outra coisa que eu percebi, que eu vinha questionando “caraca, tipo, eu sou eu sou linda, eu sou bela”. Só que também com uma questão que nós mulheres pretas sofremos, que a questão da sensualização, ou seja, nós somos boa para ficar escondido pro cara ter relação, mas não somos o suficiente para andar de mão dada e... eu senti isso na pele (Denise, 35, 2023).

Esse relato representa o que Pacheco (2008) desenvolveu em sua tese sobre a solidão das mulheres negras. A autora demonstra, a partir das histórias de vidas, que raça, gênero e classe operam como determinantes nas escolhas afetivas. Dessa forma, a reprodução social das relações afetivas determina que mulheres negras são boas para limpar, trabalhar e cuidar, e seus corpos são vistos como objetos sexuais, mas não para serem amadas ou cuidadas. Conforme relato da sem-teto: “Tem uns que não aceita que a mulher não pode fazer isso, tem que ficar em casa, no fogão. Mas eu acho assim, já foi do tempo disso é... eu acho que as mulheres tá dando de dez em cima dos homens” (Jenifer, 31, 2023). Ao ser perguntada se havia sentido alguma dificuldade em ser mulher negra, Tatiana relata que não sentia dificuldade, mas “[...] medo por querer tomar alguns posicionamentos e, de repente, dentro de mim, tinha aquele problema “do que a sociedade vai pensar e se a minha voz, ela

teria capacidade para ser ouvida como mulher negra” (Tatiana, 27, 2023). O interessante é que essa percepção sobre as dificuldades que as mulheres negras enfrentam, na maioria dos relatos, está relacionada mais ao reconhecimento do machismo que do racismo, em relação a nomear as opressões.

Machismo é... porque a mulher sempre tinha que ser submissa ao homem, a última palavra era sempre do homem e coitada da mulher que quisesse falar mais alto. E isso eu vivi inclusive até dentro de casa, porque a minha mãe ela podia muitas vezes está certa, mas a razão tinha que ser do meu pai. Então, eu sempre criava em mim, desde pequena é... quando eu crescer vai ser assim, eu não vou poder falar, eu não posso opinar, porque sempre quem está com a razão são eles (Tatiana, 27, 2023).

Uma explicação para o racismo ser menos reconhecido é o mascaramento desse por meio das teorias da miscigenação, em especial a ideologia da democracia racial, que propaga haver uma convivência pacífica independentemente do pertencimento étnico-racial. Isso mascara a identificação de práticas racistas (Moura, 2019).

Ora, os dados do IBGE (2024), mais uma vez, mostram que as mulheres negras estão submetidas às piores condições de vida (trabalho, renda, moradia, escolarização etc.), indicando que o racismo e a opressão de gênero estão presentes na vida das mulheres negras em geral, o que não é diferente após a tomada de consciência das mulheres negras do MTST.

Chegar no mercado e o segurança ficar me seguindo, eu briguei com ele. Eu perguntei se estava cagada (risadas) você está me seguindo desde a entrada. Ele deu risada e falou: não, moça é que a Senhora está com a mochila e não pode entrar com a mochila. Eu disse, simplesmente: você tinha que ter me abordado e pedido para aguardar, porque eu cheguei do serviço com mochila. E o segurança falou: “pensei até onde você ia”, aí aquilo, eu mandei ele naquele palavrão (Elke, 46, 2023).

A violência doméstica apareceu em todos os relatos. São situações que marcam a trajetória dessas mulheres. Vanda relata que foi estuprada duas vezes, mas não se sentiu à vontade para aprofundar sobre a violência que sofreu. Neiva, por sua vez, conta como a opressão de gênero quase tirou sua vida:

No meu segundo casamento, quando me casei, como toda mulher, me casei apaixonada, eu achava que ia ser uma coisa boa, que ia começar de novo, que eu me senti feliz. Durante um período, de uns dois anos da minha vida foi bom, mas aí eu comecei a sofrer o descaso, né? Eu era chamada de passarinho, meu passarinho tem que ficar na gaiola, né? Então eu tinha que

ficar dentro da minha casa lavando, passando, cozinhando, transando quando ele achava que eu estava precisando de uma caridade, cuidando das minhas filhas e sem reclamar. Eu não podia reclamar que tava faltando algo, eu não podia reclamar que eu queria sair, eu não podia ter ideias, eu não podia falar o que eu sentia. Deixei o meu emprego, parei meus estudos e vivia trancada e cada vez que eu reivindicava algo, eu apanhava e... eu já apanhei tanto, tanto que tinha dia que eu apanhava ficava caída no chão aí... eu olhava pro céu [...] eu não estou conseguindo quase nem respirar, né? (Neiva, 58, 2023).

Neiva relata que esse episódio marca sua vida até hoje; as lembranças não a deixam esquecer dos chutes. Apesar de toda violência sofrida, ela ressalta que ainda sofreu após conseguir sair do casamento, com acusações, por parte do ex-marido, de ser prostituta, alcoólatra e drogada. Isso fez com que perdesse a guarda dos filhos e os bens materiais, inclusive a casa que era dos dois. Ficou sem nada e sem os filhos. Em sua fala, é explícita a indignação de não conseguir proteção da justiça, sendo que ela era a vítima.

Grande parte das mulheres vive nessa situação por não ter condições financeiras de deixar o lar. Geralmente, o homem trabalha e provê o sustento. Quando as mulheres conseguem fazer bicos e começam a ganhar dinheiro, isso fortalece a tomada de decisão de sair do ambiente de violência. Assim, de acordo com a coordenadora Denise,

[...] para as mães que têm filhos na maioria das vezes ter um teto é tudo, sai de um ciclo de violência, onde a gente vive numa sociedade que é machista, uma sociedade aonde o homem pelo fato de trabalhar, de pagar o aluguel, ele acha que é dono da mulher, muitas vezes, as mulheres procura as nossas ocupações do movimento pra sair desses ciclos de violência machista (Denise, 35, 2023).

Nota-se também como o processo da solidão da mulher negra dificulta ainda mais suas vidas, pois são vistas apenas como um corpo sexualizado. Muitas não são consideradas como companheiras e fazem uma caminhada sozinha na luta.

Muito difícil, porque, tipo assim, além de eu ser mulher, a gente se virar, porque eu sempre me virei com meus filhos, meu filho de 15 anos eu criei sozinha, não teve pai, nem nada. Mas assim, eu sempre tive o meu cantinho, na verdade o cantinho da minha mãe, ela sempre me deu abrigo. Agora estou correndo atrás pra ter o meu aqui (Jenifer, 31, 2023).

As relações de trabalho e as relações afetivas das mulheres negras do MTST entrevistadas são atravessadas pelas determinações de raça, gênero e classe.

Compartilham histórias de vida parecidas, embora os contextos sejam diversos. Por viverem em condições materiais semelhantes, cabe indagar quais teriam sido, no processo de engajamento na luta política, o caminho que elas percorreram até gritarem “Mulheres do MTST, a luta é pra valer”.

Mulheres negras, engajamento na luta e na ocupação Maria da Penha

O engajamento na luta política e coletiva é motivado por questões objetivas, na maioria dos casos, extrema precariedade das condições de sobrevivência e, no caso dos sem-teto, a falta de acesso a bens públicos e a moradia. Além disso, a conjuntura política, com o avanço de políticas neoliberais, piora esse quadro e faz com que a luta pelo movimento seja a única alternativa. As mulheres negras sem-teto sofreram perdas no governo Bolsonaro. Em relação à moradia, o valor do aluguel aumentou acima da inflação, aliado ao fim do Minha Casa, Minha Vida e a implementação do programa Casa Verde-Amarela, com a diminuição do acesso ao financiamento habitacional aos mais pobres, além do aumento em 393% no número de famílias despejadas¹⁰.

Nesse cenário, o MTST realizou reuniões antes da ocupação do terreno, para chamar os sem-teto a se juntar à luta. No entanto, como aconteceu com a Vanda, uma de nossas entrevistadas, no início houve desconfiança da ideia de “invadir” um terreno, mas, nas condições em que se encontrava, decidiu que era a melhor opção. Assim como Vanda, a maioria das mulheres negras sem-teto se encontrava em situações de extrema vulnerabilidade e sem ter onde morar. Viram na ocupação uma fonte de esperança.

Amanda Paulista (2013), ao analisar a presença acentuada de mulheres se organizando, participando e liderando movimentos populares que reivindicam moradia, afirma que o principal fator dessa inserção feminina é a imposição, proveniente da divisão sexual do trabalho, ao trabalho doméstico e às atividades de cuidado (criação dos filhos) no espaço privado do lar. Dessa maneira, a casa/moradia se torna um bem indispensável para elas. O engajamento na luta ocorre de forma gradual. As mulheres negras sem-teto, quando iniciam na ocupação, não possuem a dimensão do alcance da luta do MTST. Mas rapidamente assumem funções importantes na organização do movimento.

[...] eu cheguei aqui eu cheguei aqui como acampada, aí fui fazer uma atividade na cozinha e aí [...] tava fazendo uma fala com os companheiros para uma arrecadação de alimento, a outra coordenadora antiga daqui do G6 me convidou junto

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://ibdu.org.br/opiniao/mulheres-negras-na-luta-por-moradia-e-sustento-emsalvador-ba/>; <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/22/programa-de-moradia-de-bolsonaro-a-gente-nao-ve-a-entrega-das-casas-aponta-militante>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64455893>. Acesso em 06 fev. 2023.

com o Zito, se eu não gostaria de fazer parte da coordenação [...] e aceitei e estou aqui até hoje no Maria da Penha. Tô no MTST, apesar do tempo que eu fiquei afastada, há mais já tem mais de 20 anos (Neiva, 58, 2023).

As mulheres negras sem-teto do MTST constroem o que elas chamam de feminismo popular (Silva, 2016): “o feminismo que praticamos não é o que anula nossas qualidades femininas, mas o que reconhece nossas diferenças para com os homens e carrega para o mundo da política qualidades, instintos e aprendizagens femininas” (Mulheres da coordenação nacional do MTST, 2017, p. 11). Na luta pela moradia, o ensinamento mais importante no processo de ocupação, para os sem-teto, é a noção do senso coletivo: “Eu acho que a questão de ensinar pro pessoal que não é eu, somos nós, entendeu?” (Daniele, 35, 2023).

Ao assumirem funções de lideranças e realizarem tarefas importantes, é possível perceber o processo de transformação pessoal nas mulheres negras sem-teto entrevistadas:

[...] a ocupação do MTST é um espaço muito acolhedor, então assim, uma das coisas que como acampada me chamou a atenção foi ver mulheres coordenando grupos, na maioria das ocupações do movimento 70% é mulher, na maioria das ocupações são mulheres que coordena os grupos e é isso pra mim foi encantador... mulher dando orientação, dando ordem nos homens, isso me chamam atenção. A segunda coisa foi mulher pegando o microfone, ocupando espaço de fala e isso foi me encantando. O movimento fazia roda de mulheres pra falar sobre machismo (Denise, 35, 2023).

Isaías (2017) destaca o papel que as mulheres exercem nas organizações políticas, tornam-se referências ao participar ativamente das atividades coletivas e constroem certo tipo de solidariedade mediante a identificação de gênero. Elas acabam por exercer um “papel de cuidadoras da coletividade, sendo acionadas para mediar as dificuldades e conflitos internos” (Isaías, 2017, p. 3). São elas que movimentam “a construção dos espaços coletivos, orientam as pessoas das ocupações, são as representantes da luta em espaços de discussão, são as articuladoras das redes de apoio, são as pessoas que denunciam, que fazem os enfrentamentos aos poderes públicos e privados, as que sofrem frequentemente e de maneira muito direta as mais variadas violências, seja as estatais ou as privadas. São também as principais a dar suporte cotidiano umas às outras” (Isaías, 2017, p. 3).

A questão racial não é encarada como problema dentro da ocupação porque a maioria é negra. No entanto, o machismo ainda é uma questão frequente. Inclusive, no último dia de nossas entrevistas, a coordenadora geral teve de acolher uma acampada em seu barraco para que o marido não a agredisse com seu filho. A forma

como o movimento busca resolver esses conflitos é à base do diálogo e da conscientização dos acampados.

A gente não fala que a mulher ela é santa, mas a gente é um movimento que tenta preservar ao máximo os valores das mulheres. Então, quando tem essas tretas de casal, a gente aconselha um ir pra casa da mãe ou ir pra casa do pai, mas que eles, no momento, se distanciem, para acalmar a situação e no dia seguinte a gente conseguir sentar para ter um diálogo. Se acontece por diversas vezes, aí infelizmente a gente não permite como morador, porque isso, em algum momento, vai acarretar um problema maior para nós, principalmente, quando vem da parte do marido, muita agressão (Tatiana, 27, 2023).

As formações sobre o machismo, o racismo e a violência acontecem na ocupação pelo menos uma vez por mês, mas é mais comum acontecerem com os coordenadores. Daniele lembrou do papel importante dos coletivos dos MTST, que fazem oficinas nas ocupações para desconstruir estereótipos de raça e gênero. É unânime, nos relatos, que o motivo de entrarem no movimento foram as diversas dificuldades financeiras por que passavam para viverem uma vida digna. Evidenciou-se ainda o papel importante que o engajamento na ocupação tem na vida delas, de como a socialização, a divisão de tarefas, as formações políticas transformaram a visão de mundo sobre as desigualdades sociais, em especial de classe, gênero e raça. A tomada de consciência é fruto desse processo de organização política.

À guisa de conclusão

Na luta por moradia das mulheres negras da Ocupação Maria da Penha, fica evidente que somente a condição de classe não determina a construção de uma identidade coletiva para a mobilização social. As experiências que vimos mostram que os movimentos populares surgem a partir das carências materiais relacionadas à noção de direitos básicos e pela, obviamente, resulta também da organização da base que comporá o movimento. E é esse trabalho de base que acarreta novos padrões que estabelecem a vinculação entre valores (aspecto ideológico) e a prática política.

O resultado é a mudança de visão de mundo daqueles que participam dos movimentos sociais, de uma referência burguesa individualizada para uma coletiva junto aos companheiros de luta, e deslocar o objeto de reivindicação à crítica mais ampla, estrutural, da sociedade. As lutas concretas atuais, a nosso ver, necessitam do conceito mais relacional de autonomia dos movimentos sociais em relação a classe, raça e gênero, que se afaste de um conceito determinista, no qual, de um lado, estão

os movimentos classistas e, do outro, os movimentos “identitários”¹¹, aqueles que tratam apenas dos aspectos simbólicos em sua organização política. Entendemos que os aspectos simbólicos não estão desvinculados da exploração capitalista. Conforme demonstramos nas entrevistas das mulheres negras sem-teto, esses elementos se tornam barreiras para que elas tenham acesso a melhores condições de vida, de um modo geral e, mais especificamente, à moradia e ao emprego formal.

Portanto, a articulação de classe, raça e gênero joga luz na análise da posição social das mulheres negras sem-teto. A contribuição do feminismo negro, aliada à análise marxista, torna-se um importante esquema teórico sobre esses processos e uma ferramenta que pode fundamentar o posicionamento político-ideológico desses sujeitos, por exemplo, nas formações políticas dentro e fora do MTST.

Referências

- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. 2. ed. ampl. rev. São Paulo: Scortecci, 2014.
- CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. *A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem-teto de São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IBGE. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. *Agência de Notícias*, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza2022>

¹¹ Assunto para ser abordado em outro artigo.

- ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. A luta das mulheres pobres e negras por moradia nas ocupações da Izidora e o embate com o direito patriarcal, classista e racista. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*, Anais...Florianópolis, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MULHERES DA Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto. MTST: uma história das mulheres na periferia. In: SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. *MTST 20 anos de história – Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para F..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. *Revista Humanidades em Diálogo*, São Paulo, vol. 5, p. 93-108, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1997.
- SILVA, Carmen Sílvia Maria. *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.